

Conhecimento e Sociedade

Pedro Paulo COROA
Prof. Auxiliar do Departamento de Filosofia e Metodologia da UFPa.

Muitos pensadores possuem a convicção de que o conhecimento humano, ou melhor, o processo que envolve o conhecer ¹, só pode ser entendido tendo em vista a interação do homem com a natureza e mesmo dos homens entre si, sem a qual nossa existência seria inviável. É o conhecimento, entendido desde já como epistême, "que nos proporciona a segurança de um mundo constante" (Ernst Cassirer, Antropologia Filosófica). O conhecimento, portanto, a epistême, é entendido como uma função, que é exatamente a de orientar o homem em relação aos objetos do mundo natural, do qual retira as condições da própria sobrevivência. É enquanto cumpre essa "função geral" que o conhecimento pode ser dito humano.

MARCISE escreve em Sobre o caráter afirmativo de cultura que a filosofia antiga possui como um de seus princípios "a doutrina segundo a qual todo conhecimento humano se relaciona, pelo seu próprio sentido - de conhecimento humano - com a práxis". Em qualquer área do conhecimento, do mais simples ao mais complexo, este é o princípio condutor. Os homens, em cada uma de suas atividades específicas, devem estar cientes das verdades que as envolvem a fim de cumprirem satisfatoriamente suas tarefas ². Em vista deste princípio, fica evidenciado o caráter prático do conhecimento.

De fato, na Metafísica, embora ARISTÓTELES oriente sua explanação para a descrição de uma epistême divina, encontramos, do início ao fim do capítulo 1 do livro 1, referências que nos permitem perceber a presença constante deste princípio prático. Ao falar sobre o conhecimento, ARISTÓTELES utiliza permanen-

temente expressões que, embora fornecidas como uma espécie de ressalva, dão-nos bem a dimensão da preocupação - não tão "aristotélica" - quanto a essa orientação do saber.

Encontramos trechos como estes: "...até fora de sua utilidade" (...) "não só para agir, mas até quando não nos propomos aperar coisas alguma" (...) "não somente em razão da utilidade de suas descobertas..."

Então a evolução do texto, desde o início, mostre claramente a intenção de definir um âmbito ao mesmo tempo distinto e privilegiado em contraposição às atividades prático-utilitárias do homem, realizadas segundo uma certa forma de conhecimento, Aristóteles parece envolvido por uma atmosfera que lhe impõe, todo o tempo, a vinculação do saber aos processos concretos da ação.

Contudo, ao pôr em prática a classificação das diferentes formas de conhecimento, **ARISTÓTELES** "ordena-os segundo uma escala de valores que se estende desde o saber funcional das coisas necessárias à vida cotidiana, até ao conhecimento que não tem qualquer fim exterior a si mesmo, mas que por si mesmo se cultiva, sendo ele que há de proporcionar aos homens a maior facilidade"³.

Nessa classificação, a "teoria pura" é exibida como um âmbito de atividades independente, acima de todas as demais. Já aí, diz **MARCUSE**, quebra-se a intenção original da filosofia, que estaria comprometida com o desenvolvimento das verdades com vistas à organização da praxis. Passa-se a defender uma forma, digamos, extrínseca de conhecimento, cujo cultivo satisfaz o homem à revelia dos interesses que cercam o existir material humano.

Isso leva **ARISTÓTELES** a separar o que é necessário e útil do que é belo - e digno. E nessa separação estão contidas esferas de atividades humanas rigidamente hierarquizadas⁴. O critério segundo o qual isto é estabelecido deriva da noção de auto-suficiência, bem explorada na Ética a Nicômaco, e que im-

plica a total liberdade do indivíduo em relação a qualquer possível determinação exterior⁵.

Mas o conceito de liberdade deve ser compreendido em dois planos diferentes. Por um lado, ele está em relação necessária com um tipo de vida classificada na Ética como vida contemplativa, cuja finalidade se realiza na própria atividade e não em algo exterior a ela, como no caso da felicidade conseguida através dos prazeres e do gozo, ou mesma da ação virtuosa do político, que não é de toda auto-suficiente (ver livro 1 da Ética § 5^o). Por outro lado, nós sabemos que dentro do contexto restrito da democracia grega, o homem livre não era todo e qualquer indivíduo, mas apenas aquele que possuía a cidadania garantida pelo Estado⁶.

Esse indivíduo, por sua vez, enquanto cidadão, estava inteiramente isento de tarefas ligadas à produção do que é meramente necessário à manutenção da vida, o que nos permite compreender bem as implicações contidas na noção de liberdade grega, bem como o desprestígio das atividades produtivas.

A autocompreensão que o cidadão grego tinha de si como homem livre permitia-lhe desenvolver uma concepção de vida toda própria, exclusiva e orgulhosa, conectada com um ideal cuja viabilidade estava estreitamente ligada à existência de garantias estruturais para sua sobrevivência material.

MARCUSE nos diz: "A 'ciência primeira', cujo objeto é o bem supremo e o prazer supremo, é o resultado dos lazes de alguns poucos, para quem estão suficientemente asseguradas as necessidades vitais. A 'teoria pura' como profissão, é patrimônio de uma elite, e fica vedada por férreas barreiras sociais à maior parte da humanidade".

É o próprio **ARISTÓTELES** quem nos diz no §11 do capítulo 1, livro 1, da Metafísica, que "constituídas todas as ciências - que se subordinam ao útil e ao necessário - outras se descobriram que não visam nem ao prazer nem à necessidade, e primeiramente na-

naquelas regiões onde os homens viviam no ócio". Quer dizer, nas regiões em que uma parcela dos homens - apenas os cidadãos são para os gregos, legitimamente, humanos - está dispensa do trabalho material, dispondo assim de condições para o exercício intelectual.

Desse modo, o mundo material - e isso em Platão, antes de Aristóteles - é um mundo que a sistemática da racionalização - tanto no sentido positivo quanto no freudiano, de justificação⁷ - procura representar segundo traços inferiorizadores da ordem a que está ligado. Essa é a visão de quem, de cima da Acrópole, observa os trabalhadores em suas tarefas diárias de prover as necessidades para garantir o gozo dos legítimos cidadãos.

Portanto, a classificação aristotélica das ciências, ao identificar funções e camadas da população circunscritas pela Pólis, teoriza, como diz Marcuse, no sentido de "contribuir para dar validade ao poder social destas classes, cuja "profissão consiste em se encarregar das verdades supremas".

O desprezo pelas ciências úteis é sempre exposto em função do plano accidental do mundo material ao qual estão submetidas. No entanto, tal desprezo é o repúdio aos gêneros de vida com os quais as classes proeminentes não se identificavam e que precisavam ser negados a fim de ser ressaltada a superioridade e, com isso, a legitimidade da estrutura de poder predominante.

É importante na abordagem de **MARCUSE** a caracterização do conhecimento filosófico - considerado o mais elevado de todos na classificação aristotélica e mesmo platônica - segundo traços que de forma alguma podem ser analisados do ponto de vista estritamente intelectual, epistêmico. Sem dúvida, há uma razão sócio-histórica para a sobrevalorização de uma forma particular de saber em detrimento de outras; e sobretudo para a necessidade de impor - observável mais em Platão que em Aristóteles - essa forma par-

ticular como o modelo de saber a ser perseguido por todos os homens que buscam seu aperfeiçoamento, entendido equanto ascese espiritual.

- II -

Embora tenhamos nos apropriado do artigo de **MARCUSE**, este não se destina à análise exaustiva da concepção de conhecimento desenvolvida pelos gregos. Isso porque os gregos jamais pretenderam universalizar o conceito de cultura, o que é explicável em função de sua estrita compreensão da vida política e da cidadania.

Por ter outro compromisso, o texto de **MARCUSE** deve ser tomado mais como um ponto de partida. Na medida em que ele nos permite um diálogo com o pensamento aristotélico, vamos tentar ampliar esse debate sustentados pelo referencial teórico de Escola de Frankfurt, familiar a Marcuse. Claro está, portanto, que devemos discutir em torno do que foi exposto mais acima.

O que há, a nosso ver, de fundamental no comentário de **MARCUSE** é a abertura para considerações acerca do condicionamento não-epistemológico do conhecimento produzido em um meio social estruturado, o que nos permite redefinir em função da vida social todo saber instituído. Só a partir dessa inserção poderemos entender o sentido da determinação histórica do conhecimento afirmado por Max **HORKHEIMER** em Teoria Tradicional e Teoria Crítica (Os Pensadores, p. 121): "...na medida em que o conceito de teoria é independentizado, como que saindo da essência interna da gnose, ou possuindo uma fundamentação a-histórica, ele se transforma em uma categoria coisificada e, por isso, ideológica".

É exatamente essa característica que nós encontramos na concepção de conhecimento dos gregos. A a-historicidade desse saber pode ser indicada, entre outros modos, pela idéia de perenidade, de eternida-

de das verdades possibilitada pelo saber especulativo⁸. Como esse conhecimento superior nada tem a ver com as carências humanas e sim com a existência do homem livre, é, também, livre, existindo por si mesmo, e correspondendo à única atividade auto-suficiente, que é a contemplativa. Mas a ciência contemplativa tem um sentido especial, muito bem apreendido por Hannah Arendt, quando nos diz que "a theoria, ou 'contemplação', é a designação dada à experiência do eterno" (A Condição Humana, p. 29), o que nos obriga a deslocá-la completamente para fora do domínio humano, ainda que provisoriamente. Uma maneira de tornar inteligível essa hipótese é resgatando a distinção entre "logos" e "nous", considerando-se o primeiro conceito correlativo a palavra ou a razão, designando assim um procedimento intelectual eminentemente discursivo, enquanto que o segundo designa muito mais uma capacidade, cuja característica principal "é que o seu conteúdo não pode ser reduzido a palavras", ou seja, comunicado segundo um modo comum aos homens em geral. "Por esta razão, diz ARISTÓTELES, poderia justamente considerar-se mais que humana sua aquisição" (Metafísica, Livro I, cap. 2).

A atividade contemplativa do filósofo fica isenta de qualquer determinação que nós, a partir de Marx, passamos a relacionar com as estruturas materiais, através das quais tornam-se inteligíveis as transformações histórico-culturais. A verdade, a ser alcançada pelo exercício intelectual ascético, é algo pré-existente e desejado⁹, algo que se busca fora do ciclo de nascimento e morte, comum ao mundo efêmero no qual a humanidade se encontra aprisionada. Diz ARISTÓTELES no capítulo 2 do livro I da Metafísica: "E, das ciências, a que escolhemos por ela própria, e tendo em vista o saber, é mais filosofia do que a que escolhemos em vista dos resultados... No entanto, é sobremaneira difícil ao homem chegar a estes conhecimentos universais, porque estão para além das sensações".

O mundo das sensações é o mundo das coisas materiais, o mundo do trabalho, onde encontramos escravos, comerciantes e artesãos em atividades limitadas de sua liberdade e cidadania. Sendo a contemplação, que tende sempre para o alto, a ciência da classe dirigente, é uma forma de saber que, embora "vigente", não se aplicaria aos "fatos".

No entanto, essa tese é radicalmente desmentida por HORKHEIMER. Podemos compreendê-lo interpretando o que entendemos por fato. Se nos referimos aos fatos enquanto representativos do conjunto das experiências humanas ligadas à produção do que importa à sobrevivência, diremos que não se trata, na contemplação, de um saber aplicado. Mas se afirmarmos, como fato, o conjunto das condições tanto estruturais quanto superestruturais reinantes na Pólis, então, sem dúvida, trata-se de um saber aplicado, pois estabelece uma forma definida de compreensão de uma estrutura social "racionalmente" e funcionalmente articulada a partir de critérios assentados pela classe detentora do poder político.

Isso de forma alguma é escamoteado por ARISTÓTELES. Ao falar da sabedoria política e da sabedoria prática, ele diz, na Ética, livro 2, que ambas têm a mesma disposição mental, enquanto sabedoria que desempenha papel controlador e deliberador: "... a Política... é ela que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em mais apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela". Em seguida, ele diz bem claramente: "a política utiliza as demais ciências", legislando "... sobre o que devemos e o que não devemos fazer"; isso tudo com a finalidade de promover o bem humano.

Mas, com isso, ARISTÓTELES "corrobora" as teses defendidas por Horkheimer. Primeiro que tudo, "o saber vigente é aplicado aos fatos"; por outro lado, não são apenas as qualidades lógicas de um sistema,

sua coerência interna, como no caso platônico, 'que nos permite compreender sua aceitação e adoção, na medida em que não se pode perder de vista a base da práxis no período histórico em que tal sistema passa a ser utilizado". Daí que o surgimento de um padrão de conhecimento capaz de vigorar enquanto referencial produtor de um saber legitimamente aceito, só pode ser compreendido "...em conexão com os processos sociais reais" 10.

Pode-se muito bem falar, como quis **ARISTÓTELES**, que o saber contemplativo não é aplicável às estruturas materiais 11-base da práxis humana -; contudo, só podemos compreender adquadamente isso se nos reportarmos às condições de possibilidades de sua manifestação. Essas condições nos são dadas pelo próprio Estagirita: "Quando já existia tudo o que é indispensável ao bem estar e à comodidade, então é que se começou a procurar uma disciplina dessê gênero" 12. É por dispor do ócio, como diz ele, que se começa a procurar e, portanto, a formar, no sentido de dar uma forma, de constituir, uma tal disciplina. Essa forma, evidentemente, teria que ser consonante com o grupo ocioso.

É preciso, em outros termos, uma base estrutural já desenvolvida para que se possa conceber um modo de ser para o homem distanciado da preocupação imediata com a autoconservação. É preciso, como nos faz perceber **HABERMAS** em Conhecimento e Interesse (cito o resumo das teses principais publicado pela Abril Cultural - Os Pensadores), situar o sujeito transcendental - sujeito de conhecimento - dentro do contexto da história natural do gênero humano, observando-o em sua luta direta pela "libertação da coação da natureza".

Esse é, contudo, o primeiro momento, digamos, o "a priori" que nos põe diante da necessidade de produzir, como diz **ARISTÓTELES**, "...tudo que é indispensável ao bem estar...", que de modo algum representa um momento mecânico, mesmo naquilo que Habermas chama de história natural humana, ou seja, do homem concebido enquanto espécie animal que, antes de tudo, deve so-

breviver.

Diz **HABERMAS**: "Tomada em si mesma, esta tese poderá levar a crer que a razão humana seja um órgão adaptativo, como o é o dente do animal". Ela o é certamente. Porém, o interesse específico da história natural, problematizado por aqueles interessados no processo de conhecimento origina-se ao mesmo tempo - grifo meu - da natureza e da ruptura cultural - grifo de **HABERMAS** - com a mesma, ao mesmo tempo em que ocorre a recepção à afirmação do impulso natural, se dá o processo de libertação da coação da natureza. No interesse da autoconservação, na medida em que se conserva a aparência de natural, corresponde um sistema social que compensa as deficiências da capacidade orgânica do homem, garantindo-lhe uma existência histórica ante as ameaças externas da natureza. Porém a sociedade não se esgota num mero sistema destinado à autoconservação. A natureza presente no indivíduo, na forma de libido 13, desvincula-se do âmbito funcional de autoconservação e orienta-se para fins sociais... Os processos cognitivos ligados viceralmente aos processos de socialização não se esgotam na mera reprodução da vida, pelo contrário, contribuem para determiná-la por sua vez. A sobrevivência pura e simples carrega em si uma grandeza histórica: seu critério é determinado pela valorização da boa vida (não é qualquer vida a do homem), operada pela mediação da consciência social" (sic). Habermas encerra dizendo que, embora o conhecimento seja definido - num primeiro momento - como instrumento de autoconservação, transcende a mera autoconservação.

Isso significa, a nosso ver, a afirmação de um "a priori" para o conhecimento, que corresponde ao que foi dito no início do texto. A episteme desempenha uma função para o homem, estabilizando pela organização sistemática de nossa experiência, mecanismos de produção da vida que correspondem ao que Habermas chama de interesse de autoconservação da espécie.

Na medida em que não se trata, para o homem, a-

penas de autoconservação, pois, como diz HABERMAS, o homem se orienta segundo fins definidos socialmente, toda transcendência em relação aos processos imediatos de produção da vida, configurada como âmbito espiritual ou cultural, constitui-se pela projeção de valores indissociáveis da autocompreensão que os grupos têm de si. Claro que essa autocompreensão vai depender do lugar que o grupo ocupa na hierarquia social, condicionadora da representação que faz tanto do mundo quanto dele mesmo. É nessa perspectiva que se dá o fenômeno ideológico, e que Paul Ricoeur define como fenômeno natural e não, simplesmente, deformador¹⁴.

Todo grupo ou classe social necessita de uma auto-imagem. O que nós encontramos na concepção de teoria pura aristotélica mostra exatamente isso: a definição de seu papel social, enquanto classe dominante num contexto em que a ligação ao plano material representava uma limitação do seu status de liberdade. É assim que fica claro para nós a afirmação de Habermas de que a concepção de uma teoria pura não está tão ligada aos procedimentos nela desenvolvidos - seu valor lógico, metodológico -; envolve também a autocompreensão que os agentes têm da natureza de sua epistémé vinculada a própria natureza do grupo.

Não se justificava, em função da auto-imagem que o grego possuía, a produção de um saber materialmente aproveitável. Só com as ciências modernas é que nos vamos deparar com uma forma de saber estimulado exatamente em função de sua possibilidade de aplicação ao contexto produtivo. O que explica essa inversão de padrões de conhecimento, legitimado e estimulado pelo Estado, é a presença, na nossa modernidade, de um grupo que vincula seu poder político-social à sua capacidade de aperfeiçoar cada vez mais os meios de produção, legitimando, através disso, sua condição hegemônica.

Enfim, a relação entre conhecimento e sociedade deve, na perspectiva aqui exposta, ser analisada a par

tir da idéia de que a produção de cultura não pode ser independentizada dos processos sociais que determinam a base da práxis sobre a qual ela é exercitada. A aparência de teoria pura observada na filosofia grega está em consonância com a defesa de um modo de vida real do grupo dominante, cujo poder dependia da diferenciação absoluta em relação aos grupos subalternos. Essa diferenciação, naquele momento, não poderia ser estabelecida ao nível da produção econômica, em função dos próprios valores implicados no modo de classificação social hierarquizada. Era preciso então conceber um domínio inacessível aos grupos socialmente inferiorizados e vinculados aos processos materiais. O primeiro passo para tal diferenciação é a desvalorização da matéria, elemento socialmente distante enquanto produzido - embora próximo enquanto desfrutado. A teoria pura, por outro lado, só poderia dirigir o homem - o cidadão - para a alto, para um ponto elevado, no qual o gozo do supremo Bem e da suprema felicidade estabelecessem um espaço próprio a inconfundível com o plano de carências - sobretudo de liberdade - comum aos escravos e sua vida presa ao meramente necessário.

NOTAS

- 1 - Ver, a respeito, o capítulo 5 do livro de Nicolai HARTMANN, Meta física del Conocimiento, que procura descrever o fenômeno do conhecimento como processo total, no qual a relação do sujeito cognoscente com o objeto de conhecimento é definida funcionalmente.

- 2 - "Aristóteles pensava que as verdades conhecidas deviam conduzir à 'práxis', tanto na experiência cotidiana como nas artes e nas ciências. Na sua luta pela existência, os homens necessitam do esforço do conhecimento, da busca da verdade, porque não lhe é revelado de maneira imediata o que é bom, conveniente e justo. O artífice e o comerciante, o capitão e o médico, o chefe militar e o homem de Estado, todos devem estar de posse do conhecimento específico às suas especialidades, a fim de poderem agir de acordo com as exigências das suas respectivas situações". MARCUSE, Herbert. Sobre o caráter afirmativo da cultura, In: Cultura e Sociedade. Lisboa, Proença, 1970. p.47 (Coleção Perspectivas, 25).
- 3 - Ibid, p. 47-48
- 4 - ARISTÓTELES Tratado de Política. s. l. Publicação Europa-América, 1977.
- 5 - No §7 do livro I da Ética a Nicômaco, ARISTÓTELES fala o seguinte sobre a autosuficiência: "por ora definimos a autosuficiência como sendo aquilo que, em si mesmo, torna a vida desejável e carente de nada. E como tal entendemos a felicidade...". Em outro trecho ele diz: "nós chamamos aquilo que me rece ser buscado por si mesmo mais absoluto do que aquilo que merece ser buscado com vistas a outra coisa...por isso chamamos de absoluto e incondicional aquilo que é sempre desejável em si mesmo e nunca no interesse de outra coisa", ou seja, que tenha um fim extrínseco a si mesma. Isso nos permite compreender a passagem anterior, §5, ainda do livro I: "Quanto à vida consagrada ao ganho, é uma vida forçada, e a riqueza não é evidentemente o bem que se procura: é algo útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outra coisa". Em suma: não existe beleza, felicidade, virtude, no que é

- útil, mas apenas naquilo cujos fins "são amados por si mesmos". Poderíamos acrescentar o seguinte momento d'A Política: "...não se devem contar entre esses cidadãos - virtuosos - pessoas empenhadas nas profissões mecânicas ou no comércio, uma vez que este gênero de vida é ignóbel e contrário à virtude; nem se quer os trabalhadores, porque são necessários mais tempos livres do que os que eles têm para adquirir virtudes..."
- 6 - "O que constitui propriamente o cidadão, a sua qualidade verdadeiramente característica, é o direito de sufrágio nas Assembléias e de participação no exercício do poder público em sua pátria". ARISTÓTELES. Tratado de política, p. 33. "É cidadão' aquele que, no país em que vive, é admitido na jurisdição e na deliberação" p. 34 "porque não se deve julgar que sejam cidadãos todos aqueles sem os quais a cidade não pode viver"; "... nunca um Estado civilizado fará dum artista um cidadão", porque o Estado civilizado "supõe um homem não livre, mas cuja existência esteja liberta da necessidade de se dedicar aos trabalhos servis". Finalmente, "os verdadeiros cidadãos são apenas aqueles que participam das honras".
- 7 - Com relação ao papel justificador da racionalização, é interessante observar o que diz Jurgen HABERMAS em Conhecimento e Interesse: "conforme nos sa experiência cotidiana o demonstra, as idéias servem muitas vezes como esquemas justificativos' de ações, sem ter em conta os dados de realidade, seus móveis reais. No nível individual, este processo chama-se racionalização - conceito psicanalítico que tem o sentido não de explicação mas de justificação de algo arrado -; ao nível de ação coletiva, denomina-se ideologia. Nos dois casos o conteúdo manifesto das proposições é falsificado

por outro conteúdo latente refletindo os interesses de uma consciência aparentemente autônoma".

8 - Ética a Nicômaco, §3 do livro 7: "Ora, o que seja o conhecimento científico, se quisermos exprimir-nos com exatidão e não nos guiar por meras analogias, evidencia-se pelo que segue. Todos nós supomos que aquilo que sabemos não é capaz de ser de outra forma" - ou seja, variar - "Quanto às coisas que podem ser de outra forma, não sabemos, quando estão fora do nosso alcance de observação, se existem ou não existem. Por conseguinte, o objeto de conhecimento científico existe necessariamente do de se segue que é eterno, pois todas as coisas que existem por necessidade no sentido absoluto do termo são eternas, e as coisas eternas são ingêntas e imperecíveis".

9 - Diz ARISTÓTELES na Metafísica, livro 1 cap.1: "Igual dos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer". Portanto, haveria um "impulso" natural que, na ordem do tempo, na forma de "desejo", antecede o conhecimento. O conteúdo dessa frase é particularmente importante pelo fato de podermos extrair dela um momento prévio a partir do qual o processo de conhecimento é desencadeado, o que nos abre espaço para falar, como em Habermas - Conhecimento e Interesse - do "âmbito transcendental responsável pela formação do sentido" das proposições que visam nos dar o conhecimento verdadeiro. Portanto, que "o processo de apreensão de um mundo aparentemente objetivo pelo conhecimento funda-se transcendentalmente em posturas pré-científicas".

10- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica In: Textos escolhidos. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 121-122 (Os Pensadores).

11- Na Ética a Nicômaco, Livro 3 §2, ao falar das virtudes intelectuais da alma, Aristóteles distingue a calculativa - deliberativa, ligada à ação - da científica - ligada à verdade, pois ao invariável. Em seguida, ao falar das coisas que controlam a ação e a verdade (sensação, desejo e razão) ARISTÓTELES, após mostrar o paralelismo entre sensação e animalidade, condiciona o desejo ao raciocínio, caracterizando assim uma "espécie de intelecto e de verdade prática". Quanto à razão, que chama "intelecto contemplativo", Aristóteles, antes de referi-lo à consideração do que é verdadeiro e falso, caracteriza-o, negativamente, em oposição ao que chama de prático e produtivo: "Quanto ao intelecto contemplativo, e não prático nem em produtivo..."

12- Metafísica, Livro 1, cap. 2 §9.

13- O conceito freudiano de libido, embora tenha o sentido originário de instinto de vida, de maneira alguma permite a sua caracterização em função da mera necessidade biológica de preservação da existência orgânica, animal. A libido é até mesmo ambígua, no sentido de não submeter-se a uma interpretação unilateral. Ela é uma energia motriz dos instintos da vida, porém se manifesta na conduta do homem de modo criativo e ativo. É o modo criativo de manifestação dessa energia que funda o âmbito da cultura.

14 - RICŒUR, Paul. Interpretação e Ideologias. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. p. 67-68.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).
- _____. Metafísica. São Paulo, Abril Cultural, 1984 (Os Pensadores).
- _____. Tratado de Política. s.l. Publicações Europa-América, 1977. (Coleção Livros de Bolso Europa-América, 158).
- HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e Interesse. In: Textos escolhidos. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- HARTMANN, Nicolai. Metafísica del conocimiento. Buenos Aires, Losada, 1957.
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: Textos escolhidos. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- MARCUSE, Herbert. Sobre o caráter afirmativo da cultura. In: CULTURA e Sociedade. Lisboa, Ed. Proença, 1970. (Coleção Perspectivas, 25).
- RICOEUR, Paul. Interpretação e ideologias. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

Considerações sobre a Depressão

Terezinha de Jesus Damasceno FERREIRA
Psicóloga e Pedagoga, professora assistente IV atuando junto ao Departamento de Psicologia Clínica da UFFA.

1 DEPRESSÃO

Há autores que dizem ser a depressão o "resfriado" da Psicopatologia. A depressão, geralmente, é um estado de tristeza, cansaço por qualquer coisa, perda de senso de humor. Pode até atingir a habilidade motora. E há casos em que apresenta distúrbios psicossomáticos.

Para algumas pessoas, esse estado é rápido. Para outros é bastante prolongado, até duradouro. Para a maioria, no entanto, é raro e de curta duração. Cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, já apresentou os sintomas de depressão. Falam alguns estudiosos que ao menos 12% da população adulta teve ou terá um episódio de depressão suficientemente grave para justificar um tratamento (BECK, 1982, p. 15). Há pessoas em que esse estado de ânimo é periódico, difuso e pode chegar até a ser de intensidade letal. A pessoa deprimida apresenta um forte sentimento de autodepreciação, sente-se inútil e culpada por suas deficiências, acredita que nada pode fazer para melhorar o seu estado. Podem ocorrer crises de choro, perda de peso, insônia, inapetência, falta de excitação sexual. Às vezes aparecem idéias de suicídio que podem até se concretizar. A depressão grave traz grande sofrimento.

2 TIPOS DE DEPRESSÃO

Há dois tipos importantes de depressão: endógenas